

8º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

A INCLUSÃO DIGITAL PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: EM DISCUSSÃO AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Joziane Alves dos Santos¹

Gesilaine Mucio Ferreira²

Orientadora: Prof^a Maria Eunice França Volsi³

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar o Projeto de Extensão: Inclusão Digital de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais como expressão das políticas públicas para inclusão social disseminadas no Brasil e no mundo, principalmente a partir da década de 1990. O projeto é desenvolvido no laboratório de informática do Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM – MUDI. Os participantes são adolescentes, jovens e adultos com necessidades educativas especiais (deficiência mental leve e regular, síndrome de Down), familiares dos alunos e pessoas da comunidade que queiram ter acesso a conhecimentos básicos de informática. Além do atendimento nas aulas de inclusão digital, fazem parte das atividades do projeto a pesquisa e estudo sobre políticas públicas para inclusão social de pessoas com necessidades educativas especiais. O projeto teve início em 2006 e a cada renovação anual acrescenta atividades que vão se mostrando necessárias, tanto para o atendimento do público alvo, como para os acadêmicos que se dedicam ao projeto, no caso, acadêmicas do curso de pedagogia. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em pedagogia estabelecem que a formação inicial do pedagogo deve contemplar atividades relativas à inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, para que ele se torne agente de inclusão, em diferentes espaços educativos escolares e não-escolares. Nesse sentido, a proposta apresentada no início deste ano letivo, está sendo objeto de estudo para acadêmicas e professoras, e compõe-se de atividades práticas de informática com os alunos e atividades de pesquisa sobre os documentos e literatura que abordam a temática da inclusão social.

Palavras-chave: Inclusão digital. Necessidades educativas especiais. Políticas públicas.

Área temática: Educação

¹ Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da UEM e participante do Projeto de Extensão Inclusão Digital para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

² Professora do Departamento de Fundamentos da Educação -UEM, pesquisadora voluntária no projeto de Extensão Inclusão Digital para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

³ Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação – UEM, coordenadora do Projeto de Extensão Inclusão Digital de Pessoas com necessidades educacionais especiais.

Coordenador(a) do projeto: Maria Eunice França Volsi – mefvolsi@uem.br – Departamento de Teoria e Prática da Educação/UEM.

Introdução

As políticas de inclusão social apresentam-se, atualmente, como uma forma da sociedade reverter o quadro de exclusão social das minorias raciais, étnicas e demais grupos com longo histórico de marginalização social, dentre eles, aquele constituído pelas pessoas com necessidades educacionais especiais. Muitas são, portanto, as possibilidades de inclusão das pessoas com necessidades especiais, entre elas, a inclusão digital, objeto de estudo e discussão desse trabalho.

É objetivo do projeto promover a inclusão digital e socializar o conhecimento informatizado as pessoas com necessidades educativas especiais, bem como, possibilitar ao acadêmico do curso de pedagogia, acesso ao conhecimento teórico-prático das políticas de inclusão social no espaço acadêmico.

Materiais e Métodos

O presente projeto caracteriza-se como um estudo teórico-prático, vinculado ao Programa Museu Dinâmico Interdisciplinar. As atividades práticas do projeto viabilizam o atendimento a pessoas com necessidades educativas especiais. Este ano participam do projeto adolescente, jovens e adultos com deficiência mental leve a regular e síndrome de Down. Esse atendimento é realizado uma vez por semana no laboratório de informática do MUDI. Nestas aulas são realizadas várias atividades como:

- Introdução ao uso do teclado para aquisição de habilidades em digitação;
- Uso das funções da ferramenta computador (paint, word, power point,);
- Atividades de pesquisa na Internet (letras de músicas, jogos, clips,dentre outros);
- Visualização por meio do data show de lições direcionadas aos alunos não-alfabetizados.
- Orientação para a criação de e-mails pessoais dos alunos como forma de estímulo de interação entre os mesmos;
- Envio e recebimento de e-mails;
- Trabalho com música e filmes;
- Digitações diversas (poesias, letras de músicas, cartas, informes, entre outros).

Além das atividades direcionadas aos alunos que freqüentam o projeto, são realizados grupos de estudo para planejamento e sistematização das ações desenvolvidas. Nesse sentido, buscamos referenciais teóricos em documentos e bibliografias que abordam a temática em questão. Neste ano de 2010 elegemos como prioridade o estudo das políticas públicas para inclusão social, devido a necessidade de proporcionar ao futuro educador conhecimentos sobre tais políticas e encaminhamento de ações quanto a sua viabilização em espaços escolares e não-escolares.

Para tanto, buscamos autores que trabalham com a temática da inclusão social a fim de, primeiramente, conceituá-la para uma maior compreensão dessa expressão. A inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais é conceituada por Sasaki (1997 apud SASSAKI, 1997, p.41) como:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

O debate a respeito da inclusão social se fez segundo Sasaki (1997) em oposição ao movimento da integração social cujo entendimento era o de que as pessoas com deficiência somente poderiam ser inseridas diretamente na sociedade se conseguissem se adaptar e superar as barreiras físicas e culturais, resultando num esforço dele e não em alterações na infra e superestrutura da sociedade. Para compreensão desse processo, buscamos na história elementos que nos possibilitem analisar a construção de tais políticas.

Discussão de Resultados

O movimento pela inclusão, ao ser concebido como uma via de mão dupla, na qual o sujeito com necessidades educacionais especiais e a sociedade devem-se ajuda mútua para a efetivação de uma sociedade inclusiva, apóia-se no paradigma de suportes, isto é, no pressuposto de que a todas as pessoas devem ser oferecidos suportes de nível social, econômico, físico e instrumental que lhes garanta oportunidades iguais, com equidades de condições, de acesso e participação nos recursos disponíveis na sociedade. (PARANÁ, 2006).

A expressão necessidades especiais, ou necessidades educacionais especiais quando se refere especificamente à área da educação, produzida no bojo da luta pela inclusão social, não exige a adaptação da pessoa à estrutura social, mas se preocupa em identificar as necessidades educativas e sociais das mesmas e em encontrar respostas educativas e sociais para atender às necessidades identificadas. Assim, destacam as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos:

[...] o fato de que as necessidades especiais não se referem às limitações apresentadas pelas pessoas, mas às exigências de ampla acessibilidade que oportunize condições necessárias à independência e autonomia dos sujeitos. Evidencia-se a responsabilidade social de prever e prover meios de satisfazer essas necessidades, ao invés de destacar o sujeito que a apresenta (PARANÁ, 2006, p.43).

A teoria e a prática da inclusão social têm sido reforçadas por diferentes documentos internacionais, dentre eles a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999), a Carta para o Terceiro Milênio (1999) e a Declaração de Montreal sobre inclusão (2001) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).

A Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, conhecida como Convenção de Guatemala, prevê em seu art. II, a prevenção e a eliminação de “[...] todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” (CONVENÇÃO..., 1999). Na Carta para o Terceiro Milênio (1999) reconhece-se que os direitos humanos básicos proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) ainda estão sendo negados a uma parcela significativa da população, na qual se encontram as pessoas com deficiência. Este documento ainda revela que o avanço científico e tecnológico obtido no século XX possibilita atualmente que os recursos e benefícios

produzidos sejam estendidos a todos, afirmando que as estratégias de prevenção das deficiências são possíveis e economicamente viáveis. Assim, destaca que tais ações devem ser exigidas pelos programas internacionais de assistência econômica e social para que as pessoas com deficiência possam gozar plenamente de seus direitos e levar uma vida independente.

Com o mesmo teor dos documentos anteriores, a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001) afirma a acessibilidade como um requisito essencial para o respeito à liberdade e aos direitos humanos. Assim, evidencia a necessidade da sociedade planejar e por em práticas desenhos inclusivos que garantam de fato o acesso livre e igualitário de todas as pessoas. Além disto, de acordo com este documento “o desenho acessível e inclusivo de ambientes, produtos e serviços aumenta a eficiência, reduz a sobreposição, resulta em economia financeira e contribui para o desenvolvimento do capital cultural, econômico e social” (DECLARAÇÃO..., 2001).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) reitera os documentos expostos anteriormente, ao apresentar no artigo 3, dentre seus princípios gerais, a não-discriminação e a plena e efetiva participação e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade (BRASIL, 2007). No que tange à inclusão digital, o artigo 9 desta convenção, ao tratar da acessibilidade, estabelece que dentre as medidas para a garantia da independência e plena participação da pessoa com deficiência na sociedade, deve-se “promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias de informação e comunicação, inclusive à internet” (BRASIL, 2007, p.22).

O governo brasileiro tem assumido estas orientações internacionais para a inclusão social. Vários documentos brasileiros, a partir da década de 1990, têm defendido a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, a Lei nº que institui o Plano Nacional de Educação (2001), a Resolução CNE/CEB Nº2/01 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

O projeto de Extensão: Inclusão Digital de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais que desenvolvemos no MUDI é expressão destas orientações, no bojo de um projeto maior pela inclusão social, cujo compromisso foi assumido pelo governo brasileiro e também pelos governos estaduais.

Contudo, o desafio do nosso projeto é grande, uma vez que não podemos pensar a concretização de seus objetivos de forma desvinculada das relações sociais contemporâneas que produzem o contexto social que gera a exclusão.

Conclusões

O desenvolvimento do projeto tem oportunizado não só o atendimento a comunidade externa com necessidades especiais, mas também, um espaço para reflexão das políticas de inclusão social.

A partir da pesquisa e estudos realizados no projeto, entendemos que precisamos repensar a inclusão digital no contexto de uma sociedade excludente para que tais políticas não se convertam em mero instrumento de alívio dos conflitos sociais camuflando assim, as desigualdades, as contradições sociais e as estruturas sociais que produzem este processo de exclusão.

Enfim, o projeto se preocupa não apenas com a realização do trabalho pedagógico e o atendimento junto aos alunos, mas também disponibiliza espaço para refletir sobre

estas questões. Trata de pesquisas iniciais, pelas quais acreditamos obter subsídios teóricos para aprimorar nossa prática pedagógica, bem como atender ao nosso compromisso político com a transformação desta realidade social.

Referências

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2007.

CARTA para o terceiro Milênio. 1999. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/carta_terceiro_mil.asp> Acesso em: 14/04/2005.

CONVENÇÃO Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>> Acesso em: 19/02/2006.

DECLARAÇÃO Internacional de Montreal sobre inclusão. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf> Acesso em: 19/02/2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Curitiba, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.